



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 99ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e quinze (12.11.2015), às nove horas e trinta minutos (09h30min), no Plenário dos Colegiados Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 99ª Sessão Extraordinária, sob a presidência do Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Marco Antonio Alves Bezerra e José Maria da Silva Júnior. Constatou-se ainda as presenças de: Dr. Luciano Cesar Casaroti, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP; Sr. Manoel Moura da Silva, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO; Sr. Uiliton da Silva Borges, Diretor-Geral; Srs. Marcos Conceição da Silva e João da Silva Macedo, Chefe e Analista do Departamento de Planejamento e Gestão, respectivamente; Sr. Francisco das Chagas dos Santos, Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamentos; Sr. Huan Carlos Borges Tavares, Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação; Sr. Enoque Barbosa de Sousa, Chefe do Departamento Administrativo; Sra. Alayla Milhomem Costa Ramos, Chefe da Assessoria de Comunicação; Sra. Edilma Dias Negreiros Lopes, Chefe da Controladoria Interna; Sra. Margareth Pinto da Silva Costa, Chefe do Departamento Financeiro; Sr. Pedro Amilto Aguiar Cruz, Coordenador do Núcleo de Excelência na Gestão Pública – GESPÚBLICA; e diversos outros servidores da Instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, convocada para a **Apresentação do Plano Plurianual – PPA e da Lei Orçamentária Anual – LOA**. De início, o Dr. Clenan Renaut teceu algumas considerações de ordem administrativa, ora registradas, de forma resumida: 1) o ano de 2015 foi bastante difícil sob o ponto de vista financeiro, mas a Instituição conseguiu as emendas orçamentárias necessárias para cumprir com todas as suas obrigações; 2) já para o ano de 2016, a expectativa é a de que o Ministério Público tenha mais tranquilidade para cumprir o seu papel, sem os desgastes financeiros do presente exercício; 3) por meio de verbas oriundas de emendas parlamentares, em breve o *Parquet* contará com novas sedes próprias em Augustinópolis (em

construção), Porto Nacional (em fase final de licitação) e em Goiatins, Araguacema e Itacajá (em fase de elaboração de projetos); e 4) através de convênios com o Ministério da Justiça, será possível melhorar a estrutura do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD, já considerado um dos mais profícuos e avançados do país. Logo após, a palavra foi concedida ao Sr. Marcos Conceição da Silva, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão, que procedeu à apresentação do **Plano Plurianual referente ao período 2016-2019**, destacando (1) a base estratégica; (2) a análise dos ambientes interno e externo; (3) o cenário fiscal; (4) as prioridades de investimentos; e (5) a proposta de programas, com o total previsto de R\$ 820.200.000,00 (oitocentos e vinte milhões e duzentos mil reais) em recursos para os próximos 4 (quatro) anos, subdivididos em Gestão e Manutenção do Ministério Público do Estado do Tocantins (91%), Justiça, Modernização e Governança (5%) e Justiça (4%). Ato contínuo, apresentou a **Proposta de Lei Orçamentária Anual – LOA para o ano de 2016**, elencando (1) a evolução dos orçamentos dos órgãos estaduais com autonomia financeira; (2) a evolução do índice de despesa com pessoal; (3) a proposta de programas e suas respectivas ações; e (4) a proposta orçamentária para o ano de 2016, no valor de R\$ 186.007.000,00 (cento e oitenta e seis milhões e sete mil reais), subdivididos em Pessoal e Encargos Sociais (70,82%), Outras Despesas Correntes (27,04%) e Investimentos (2,14%). No decorrer da explanação, os Procuradores de Justiça suscitaram diversas questões, que restaram devidamente sanadas pela Presidente e pelo Chefe do DEPLAN. Na oportunidade, o Dr. Alcir Raineri Filho apresentou proposta no sentido de que a Ouvidoria seja dotada de rubrica orçamentária própria, em atenção à recomendação da Ouvidoria Nacional do Ministério Público. Em votação, a proposta restou acolhida à unanimidade. Às onze horas (11h), a Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães pediu licença e se retirou da sessão, em virtude de outro compromisso. Após breve debate, o Presidente colocou em votação as propostas do PPA e da LOA, que restaram aprovadas à unanimidade. Na ocasião, os Procuradores presentes elogiaram os esforços dos membros e dos servidores que participaram da elaboração das propostas, pelo excelente trabalho ora realizado. Por fim, o Presidente agradeceu à toda equipe técnica pelo esforço e



Colégio de Procuradores de Justiça

dedicação com que desempenhou suas funções ao longo do ano, e também ao Colegiado pelo apoio à sua gestão. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às onze horas e trinta minutos (11h30min), do que, para constar, eu, _____, Elaine Marciano Pires, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Clenan Renaut de Melo Pereira

Leila da Costa Vilela Magalhães

José Omar de Almeida Júnior

Alcir Raineri Filho

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Elaine Marciano Pires

Jacqueline Borges Silva Tomaz